

Publicado na *Revista da Academia de Letras*, São João del-Rei, Ano II, nº 1.

NEM SEMPRE SE RECEBE O QUE SE PEDE

O nosso diligente conterrâneo Monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues¹ tem publicado os *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Com grande satisfação, acabamos de receber o 4º volume. O primeiro e o segundo contemplam *As Visitas Pastorais do Século XVIII no Bispado de Mariana*. O terceiro e o quarto versam sobre *Os Relatórios Decenais dos Bispos de Mariana* levados à Santa Sé por ocasião das *Visitas ad Limina*.

A metodologia adotada, no nosso entender, é das melhores: 1º) apresenta-se o fac-símile do documento original (alguns do Archivium (sic) Secretum Apost. Vaticanum); 2º) transcreve-se o fac-símile em letra de forma; 3º) traduz-se o latim (o Monsenhor foi professor de Latim e Grego na UFOP); 4º) Fazem-se comentários objetivos e seguros, circunscritos aos assuntos. O resto é com os leitores, como nós, cujos interesses podem ser variados.

A Igreja Católica Apostólica Romana, muito mais organizada do que qualquer Estado, instituiu no Concílio Tridentino (1545-1563) as Visitas “ad Limina Beatorum Apostolorum Petri et Pauli” — e explica Monsenhor Flávio — “*Por ocasião destas Visitas, os Ordinários levavam à Sagrada Congregação do Concílio de Trento uma relação escrita, com informações precisas sobre a situação de suas dioceses.*” Inicialmente essas visitas ocorriam de dez em dez anos (daí os relatórios decenais). Posteriormente, o prazo passou para cinco anos, conforme determinou o Código de Direito Canônico de 1917, mantido o mesmo prazo no Código em vigor, de 1983.

Não é preciso muito esforço para aquilatar a importância dos relatórios decenais, num mundo sem telégrafo, telefone ou Internet, pois era através das impressões dos bispos que Roma tinha uma visão particular e de conjunto sobre o que acontecia pelo mundo afora. É claro que essa visão poderia ser abastecida e incrementada pelo leva-e-traz de viajantes ocasionais que, de viva voz, faziam seus comentários, mas que certamente foram informações que se perderam, confirmando o ditado: *Palavras, leva-as o vento*.

Lendo os *Cadernos (...)* do Monsenhor Flávio, algo instigou nossa curiosidade sobre o século XVIII e princípios do XIX, na misteriosa (para nós) história das Minas Gerais. É naquele período em que se construiu o rico acervo arquitetônico da Capitania das Minas, objeto, hoje, de tantos estudos estéticos, e acreditamos que Roma não pôde fazer uma idéia precisa da grandeza do que aqui se edificou na referida época, com base nos relatórios decenais. Pelo contrário, é a nossa impressão, as referências ao acervo arquitetônico e às outras artes passam-nos uma idéia de constante precariedade.

Escreveu Dom Frei Manoel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, no seu primeiro relatório decenal (1757):

A Igreja Catedral, que servia como Paroquial, antes que esta vila fosse promovida à Cidade, sobressai pelo seu Templo de razoável tamanho.²

Mais adiante:

Nesta mesma Cidade, além desta Igreja Pública (do Seminário), encontram-se três outras Capelas, dotadas de suas Confrarias e Capelães. Luta-se ainda pela construção aqui de duas Basílicas: uma dos irmãos Etíopes e escravos, dedicada à Santíssima Virgem, com o título do Rosário; a segunda,

¹ Monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues é Diretor do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e Sócio Correspondente da Academia de Letras de São João del-Rei.

² RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, Volume Nº 3. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2005. p.80.

de maior magnificência sacra, que se edifica artisticamente segundo a arquitetura romana, é dos Sacerdotes confrades e dedicada ao Príncipe dos Apóstolos. A ambas se dará, em breve, o último arremate. Nos arrabaldes desta Mariana, contam-se outras três capelas (...)³.

Este Bispado contém quarenta e três Igrejas Paroquiais maiores, com Reitores colados, três ainda amovíveis e duzentas e oitenta e nove Igrejas menores, filiadas às primeiras.⁴

No segundo relatório decenal, já do início de século XIX (1827)⁵, de Dom Frei José da Santíssima Trindade, observamos:

Mas desde a última Visita Pastoral de meu antecessor, realizada no ano de 1804, quantas Igrejas paroquiais e Capelas inteiramente arruinadas? Quantos paramentos inadequados e vasos de metais proibidos para a celebração eucarística? Quantos batistérios reprovados pelo mesmo Bispo e ainda reclamando reforma?⁶

Do terceiro relatório, da responsabilidade de Dom Viçoso (1853), colhemos o seguinte parágrafo:

Fora a Catedral, não há outra Igreja Colegiada. Enumeram-se cento e quarenta paróquias, cujas igrejas, na sua totalidade, de pau a pique, em situação de ruína, a piedade dos fiéis e as prefeituras das províncias se esforçam em reparar.⁷

Conjeturamos que a Sagrada Congregação Tridentina não se iria impressionar com acervos culturais de remotas colônias lusitanas do fim do mundo, e, talvez condicionada por uma idéia preconcebida de que fora daquele miolo europeu nada pudesse ser digno de fruição estética, não deu muita atenção a esse aspecto quando pedia as informações das dioceses⁸. Os bispos, de origem européia, tendo convivido com a magnificência artística do Velho Mundo, também não se tocaram com aquilo que viram ser construído na barra de seus afazeres e não acharam espaço nos seus relatórios (ainda que não fosse uma exigência tridentina) para informar à Santa Sé sobre a relevância do que aqui se produziu em matéria de arte sacra, sobretudo a arquitetura, a escultura e a música, mesmo sendo competentes para fazê-lo.

Consta que a Coroa Portuguesa, tardiamente, também quis registrar os eventos da sua colônia, especificamente da Capitania das Minas e, numa Ordem Régia confusa, determinou ao Governador e Capitão General que através dos ouvidores das Comarcas se fizessem todos os anos *umas memórias de novos estabelecimentos, fatos e casos mais notáveis e dignos de história*, sendo estas elaboradas pelo segundo vereador e transcritas num livro.

Teria sido do livro da Câmara de Mariana que Rodrigo José Ferreira Brêtas transcreveu um trecho do relatório do segundo vereador Joaquim José da Silva, datado de 1790, inserindo-o na biografia de Antonio Francisco Lisboa, o suposto Aleijadinho. Lastima-se que esse documento nunca mais foi visto. Ali, o edil marianense (de lastro intelectual suspeito porque fazendeiro das redondezas, sem comprovações de ter tido instrução suficiente)⁹ foi responsabilizado pela autoria de um texto de singular

³ Idem, Volume 3. p.80.

⁴ Idem, Volume 3. p.81.

⁵ Monsenhor Flávio justifica, na página 50 dos *Cadernos (...)* Volume Nº 3, a ausência de relatórios do interregno 1757-1827.

⁶ Idem, Volume Nº 3. p.145.

⁷ Idem, Volume Nº 4. p.27.

⁸ Ocorre-nos um dito popular, não muito divulgado, que ainda hoje direciona parte das convicções de desdém da hegemonia européia: *Après les Pyrénées, c'est l'Afrique*.

⁹ Rodrigo Melo Franco de Andrade, prefaciando *Rodrigo José Ferreira Bretas Biógrafo do Aleijadinho*, de Cássio Lanari, p.17, informa:

Verificou-se afinal que o visado Joaquim José da Silva nasceu em 1740 na "comarca e vila de São João del-Rei" e era filho legítimo de Manuel da Silva Tavares e Dona Eugênia Caetana da Silva. Veio dali "de tenra idade para a Freguezia do Guarapiranga", transferindo-se depois para o município de Mariana, onde era domiciliado, pelo menos desde 1769, numa fazenda de sua propriedade situada na "Barra do Pinheiro, Freguezia de Sumidouro".

curiosidade. Do que os bispos nem de leve fizeram referências, o vereador esbanjou detalhes. Fez um elenco de igrejas com o nome de arrematantes, construtores e desenhistas, desde o longínquo 1720. Começou com a matriz de Ouro Preto com *grandes colunas da ordem coríntia, ao gênio de Scamozzi*. Passou pela *matriz da Conceição com arcos majestosos debaixo dos preceitos de Vignola*; observou a *catedral matriz do Ribeirão do Carmo, com arcos da ordem compósita*. Mencionou ainda outras obras com *ar jônico, o gosto da rotunda de Roma* e do íntimo *Frederico*. Referiu-se até a *Francisco de Lima* (Cerqueira) construtor da igreja de São Francisco do *Rio das Mortes* (São João del-Rei).

Alguns autores já comentaram o texto do vereador de Mariana, como Dalton Sala:

Embora nada possa ser definitivamente provado contra ou a favor da autenticidade dos registros citados por Bretas (a não ser que apareça o documento original ou surja algum correlato), resta-nos a crítica interna do documento, ou seja, do próprio texto citado.

Em primeiro lugar, nota-se uma exuberância de vocabulário que ultrapassa, em tudo, a crítica e a história da arte do final do século XVIII. Não só parece ser perfeitamente embasado em documentos que surgiriam depois (...), como se utiliza com justiça de um vocabulário que faria inveja até a um historiador da arte nosso contemporâneo.¹⁰

Bazin, citado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1968¹¹, na obra que mais tarde seria traduzida para o português¹², e onde se imprimiu o suposto texto do vereador Joaquim José da Silva como documento disponível, esclarece quem era o “íntimo” Frederico do vereador e, porque tinha interesse, deu-lhe um atestado de homem muito bem informado:

Frederico est certainement ici Fredrico Ludovici (ou Friedrich Ludwig), l’auteur du couvent de Mafra et de la capela-mor de la Sé de Evora, car c’est sous ce prénom qu’il était habituellement designé de son vivant; il n’est donc pas surprenant que sa mémoire ait survécu sous cette forme. Ce trait nous révèle dans Joaquim José da Silva un homme très bien informé. (Grifo nosso)

Imaginamos que se o relato do vereador de Mariana chegasse ao conhecimento da Metrópole, a Rainha ou os seus Conselhos teriam feito uma avaliação da Capitania das Minas muito diferente daquela que Roma pode ter feito a partir dos relatórios decenais dos bispos.

Assim, pelo laconismo dos bispos em contraposição à prodigalidade do vereador Joaquim José da Silva, justificamos o título dessas meditações: *nem sempre se recebe o que se pede.*

Em nota de pé de página menciona que o assentamento de batismo de Joaquim José da Silva, datado de 5-12-1740, está registrado a fls. 135 verso, do competente livro da Matriz do Pilar; entretanto, o referido livro não está disponível no acervo eclesiástico de São João del-Rei. Tomou rumo e nunca mais voltou.

Joaquim José da Silva teve um irmão, Patrício da Silva Tavares, padre, cujo processo *De Genere* encontra-se, garantidamente, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, segundo certidão expedida por seu Diretor Mons. Flávio Carneiro Rodrigues, a pedido do autor.

¹⁰ SALA, Dalton. Aleijadinho e Mestre Piranga: *Processos de Atribuição e História da Arte*. São Paulo: Pinacoteca, 2003. p.14.

¹¹ LANARI, Cássio. *Rodrigo José Ferreira Bretas Biógrafo do Aleijadinho*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1968. p.18.

¹² BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*; tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983.